

A Revolução de 1930 e a Economia Brasileira

Pedro Cezar Dutra Fonseca

Professor Titular do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Pesquisador do CNPq, Brasil

Resumo

O artigo analisa a política econômica e as principais mudanças na economia brasileira na década 1930 e explora a interrelação entre o desempenho de suas principais variáveis com as mudanças políticas e institucionais advindas com a “Revolução de 1930”. Para tanto, enfoca alguns pontos que resultam de pesquisas mais recentes do autor, em um diálogo com a literatura pregressa, a saber: (a) os segmentos sociais que lideraram o movimento revolucionário, mormente a participação do empresariado industrial, haja vista o forte crescimento industrial do período analisado, marco do processo de substituição de importações; (b) a existência ou não de uma política deliberada, por parte do governo, de industrialização; e (c) o cotejo entre a política econômica realizada com o previsto nos modelos de “populismo econômico”, e conclui pela inadequação dos mesmos para explicá-la.

Palavras-chave: Economia Brasileira, Revolução de 1930, Vargas, Substituição de Importações, Populismo Econômico

Classificação JEL: N16, P48, O54

Abstract

The paper studies the development strategy in Brazil along Vargas' second term, focusing the interpretations which emphasize either the assumed incoherence of his cabinet, or its alleged economic orthodoxy, associated with Horacio Lafer's term as Minister of Finance. The central argument is that Lafer's role is not, at first, a sign of orthodoxy nor of development incoherence, as long as his ideas and actions were neither orthodox nor controlled all government economic bodies. After evaluating Lafer's postures regarding Banco do Brasil credit policy (lead by Ricardo Jafet), the paper concludes with an evaluation of his ideas and actions related to fiscal and financial policies, consistently articulated to the economic development strategy of Vargas's second term.

* Este artigo sintetiza a participação em Sessão Especial realizada no XXXVIII Encontro Nacional de Economia da ANPEC, em Salvador, em 10/12/2010, intitulada “80 Anos da Revolução de 1930: Seu Significado para a Economia Brasileira”, da qual também participaram Flávio de Azevedo Marques de

1. Introdução

A historiografia econômica sobre a “Revolução de 1930” (de ora em diante R30) é tributária a dois trabalhos cujo impacto os tornou referência a todos os posteriores: *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado ([1959] 1977) e *A Revolução de 1930*, de Boris Fausto ([1970] 1983).

O livro de Furtado, conquanto não aborde o processo do movimento revolucionário que levou Vargas ao poder após sua chapa, a “Aliança Liberal”, ter sido derrotada nas urnas pelo candidato situacionista Julio Prestes, tornou-se clássico devido a análise da política econômica da década de 1930, embora não deixe de as vincular com as mudanças na área política (Fonseca 2009). Como é por demais conhecido, defendeu Furtado que a política de intervenção governamental – desvalorização cambial, expansão da oferta monetária, retenção e queima de estoques de café – teve como resultado a sustentação do nível de renda nominal e do produto, antecipando-se às recomendações anticíclicas keynesianas. Mais que isso: incitou uma transformação estrutural na economia, ao deslocar seu “centro dinâmico” para a indústria e para o mercado interno, com o investimento privado (I) e os gastos governamentais (G) substituindo as exportações (X) como variáveis determinantes da demanda agregada. Marca-se, assim, a passagem do modelo agroexportador para o processo de substituição de importações (PSI).

Já Fausto contribuiu decisivamente ao analisar os meandros do movimento revolucionário, suas razões e os segmentos sociais e políticos que formaram a Aliança Liberal e, posteriormente, optaram pelo movimento armado (os quais não coincidem, pois muitos políticos civis que apoiaram Vargas na disputa eleitoral não se dispuseram a participar de um levante armado, enquanto outros setores, como parte do Exército, que tinham ficado à margem do pleito foram fundamentais para a derrubada de Washington Luís e a vitória da “revolução” (cfe. Fausto (1983, p. 102)). Ao contrário de parte da literatura marxista então hegemônica, que interpretava os acontecimentos de 1930 como uma “revolução burguesa”, inspirada em uma repetição de etapas da história europeia, Fausto mostrou que o empresariado industrial não participara como ator relevante, haja vista que sua entidade mais representativa, a FIESP, apoiara o candidato paulista Julio Prestes. Destarte, defendeu que a Aliança Liberal não fugia do caráter oligárquico, posto que liderada por políticos ligados a interesses agrários – embora desvinculados do café, como do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais e da Paraíba –, conquanto contasse com parte da elite paulista congregada em uma dissidência, o Partido Democrático (PD). Para Fausto, a incipiência do empresariado industrial abriu espaço para uma situação de “estado de compromisso”, já que não havia um setor nacionalmente hegemônico para ocupar o espaço da economia cafeeira e dos segmentos a ela ligados; explica, assim, a instabilidade do período, a ditadura de

Saes, Flávio Versiani e Wilson Cano e por mim presidida. As referências a trabalhos próprios anteriores sobre o tema decorreram da solicitação aos participantes para nortearem suas exposições enfocando o resultado de suas pesquisas e a experiência de trabalho na área.

E-mail address: pedro.fonseca@ufrgs.br

Vargas e o populismo – este entendido como uma forma de cooptação de segmentos urbanos e dos trabalhadores para, via manipulação, contar com seu apoio em uma transição para uma sociedade urbano-industrial.

Este artigo toma como referência esses trabalhos e com base em pesquisas mais recentes pretende cotejá-los e, em alguns aspectos, contribuir para a literatura sobre o tema. Saltam aos olhos algumas questões que, à primeira vista, os tornam incompatíveis ou contraditórios, a incitar os analistas a uma investigação mais aprofundada. Se na Aliança Liberal e na R30 eram hegemônicos os interesses agrários e oligárquicos, como propõe Fausto, como explicar as profundas mudanças da década de 1930, principalmente rumo à industrialização, como argumenta Furtado? Estas foram fruto do acaso? Pode-se detectar alguma intencionalidade na política econômica da década de 1930 em favor da industrialização, mesmo sem encampar uma hipótese mais rígida da existência de um projeto já delineado e concatenado entre fins e meios, esposado pelo governo já quando ascendeu ao poder? Por que uma elite agrária lideraria uma mudança em direção aparentemente contrária aos seus interesses? E, finalmente, qual a relação entre o fenômeno político do populismo e economia, ou seja, qual seu significado e sua relação com o PSI, principalmente no que tange à formulação da política econômica, posto que esta expressa ações governamentais seja para pragmaticamente responder a problemas emergentes (déficit orçamentário e no balanço de pagamentos, por exemplo), seja para viabilizar novas alternativas (como a diversificação das exportações e a indústria).

Para ensaiar respostas a essas questões, estruturou-se o artigo em três seções. A primeira dialoga mais diretamente com Fausto sobre o caráter oligárquico e agrário da R30, com vistas a entender os desdobramentos da política econômica da década de 1930. Abre-se caminho, assim, para a seção seguinte, a qual enfoca a intencionalidade das ações governamentais em prol da indústria. Finalmente, a última terceira seção (a anteceder a conclusão), retoma a questão do populismo e discute sua pertinência para caracterizar a política econômica do governo brasileiro na década de 1930.

2. A Revolução de 1930 e a Indústria

Para se pesquisar sobre a visão dos formadores da Aliança Liberal a respeito da indústria, a fonte primária mais apropriada é seu programa – ou, como se dizia à época, sua plataforma de governo. A primeira leitura desta já permite detectar que a visão preponderante, em matéria de economia, era a *diversificação*, tanto da produção como da pauta de exportações – já firmando demarcação de campo com a candidatura situacionista, tida como “paulista” e “cafeicultora”. A convicção sobre as vantagens de uma economia mais diversificada não é decorrência linear da crise de outubro de 1929: as articulações para formação de uma candidatura oposicionista remontam ao final de 1928 e a plataforma veio a público em 2 de janeiro de 1930, quando ainda não se tinha dimensão do impacto da Grande

Depressão no Brasil. Mas reflete a composição da Aliança e sua tentativa de granjear adeptos, pois resgatava para si argumento ideológico fundamental no jogo de convencimento político: expressava o “interesse nacional” contra os interesses parciais da cafeicultura, o que vai ao encontro das palavras de Furtado (1977, p. 165, 188) de que esta “socializava as perdas” através das sucessivas desvalorizações cambiais nas primeiras décadas do século XX. Ademais, cabe assinalar que apresenta consistência com a formação doutrinária de Vargas, cujo partido político, o PRR (Partido Republicano Rio-Grandense), oficialmente assumira a ideologia positivista e seguia a recomendação de Comte pela diversificação, em oposição ao princípio liberal da especialização, decorrente da lei das vantagens comparativas.

Nesse contexto, a indústria não foi esquecida, mas tampouco aparece como proposta destacada: pode ser considerada como um dos pontos da proposta maior de diversificação. De certo modo, o simples fato de constar na plataforma já permite interpretar a relativa importância das atividades industriais à época, embora em um ambiente predominantemente agrário. Desde os primórdios da República registra-se o debate – na imprensa, no mundo acadêmico, nas associações de classe e nos órgãos legislativos – entre os mais radicais defensores da “vocação agrária” do país, cujas teses respaldavam-se no liberalismo clássico, e os defensores da industrializa o, os quais recorriam a fortes apelos nacionalistas, como a “independência” do país, tendência que se robusteceu após a I Guerra Mundial. A Aliança Liberal, todavia, evitou os extremos e recorreu   concep o então usual responsável por diferenciar indústrias naturais e artificiais. As primeiras eram entendidas como uma extensão das atividades primárias, pois beneficiavam as matérias-primas locais e, ao contrário das artificiais, não necessitavam de protecionismo: as barreiras representadas pelos custos de transporte associadas às frequentes desvaloriza es cambiais asseguravam os preços relativos a seu favor. Essa concep o assumia um ar moderado, na dire o de um consenso assentado no bom senso e equidistante dos extremos, importante em um programa político que visava ao convencimento, mas respalda-se na estrutura industrial da época, com a predominância de ramos como têxtil, alimentos, bebidas e madeira/mobiliário, ou seja, “naturais”.¹

Destarte, se a referida concep o não rompia com a visão agrarista – posto que são entendia como “válidas” as atividades industriais como extensão das primárias –, por outro lado permite antever que acenava para a complementaridade e não para a dicotomia entre interesses industriais e agrários. Na maior parte das vezes as atividades manufactureiras eram vistas como louváveis e até necessárias: valorizavam as matérias-primas e consistiam em mercado tido como promissor e com certa estabilidade para escoar a produ o primária. Dentre outros exemplos, pode-se citar os criadores de gado do Rio Grande do Sul, de onde provinha Vargas, que nas primeiras décadas do século XX apoiaram a introdu o de frigoríficos, inclusive estrangeiros, com respaldo do governo estadual, como alternativa às charqueadas,

¹ Dados brutos do Censo Industrial de 1920 mostram que 71,4% do valor agregado da indústria de transforma o do Brasil deviam-se aos seguintes setores: têxtil (29,6%), produtos alimentares (20,6%), vestuário e calçados (8,7%), bebidas (5,6%), madeira (4,8%) e mobiliário (2,1%).

vistas como decadentes com a eletricidade e a emergente “indústria do frio” (Pesavento 1980). Soma-se a isso o fato de ocorrerem crises cada vez mais frequentes no balanço de pagamentos ao longo da Primeira República, acompanhadas de instabilidade cambial e gradual crescimento da dívida externa e de seu serviço; pelas próprias autoridades econômicas federais as indústrias naturais eram vistas como uma forma de poupar divisas. O grande argumento liberal em defesa das importações – o preço menor, com relação ao mercado doméstico – perdia força com as recorrentes desvalorizações para sustentar o preço do café em mil-réis. A economia voltada “para fora”, paradoxalmente, acabava incitando um mercado local para a indústria, com impacto positivo nas atividades primárias cuja produção se dirigia ao mercado nacional. Tudo sugere que vasta gama de interesses se formou em torno desse núcleo, envolvendo comerciantes, distribuidores, financiadores, consumidores e até capital estrangeiro. Ao contrário da tese tradicional que vê este último como opositor da industrialização “periférica”, lembra Silva (1976, p. 106) que nessa época já preponderava nos centros hegemônicos, como a Grã-Bretanha e Estados Unidos, o capital financeiro: entre despendar divisas para fazer frente ao serviço da dívida ou importar bens industriais de consumo de baixo valor agregado, da primeira fase da Revolução Industrial, a opção era pela primeira alternativa (já não era o caso para as indústrias de ponta da época, como as de bens de capital, automobilística ou a siderurgia, mas essas só começarão a substituir importações mais tarde, nas décadas de 1940 e 1950).

Isto posto, pode-se retomar o entendimento de Fausto antes mencionado, segundo o qual a Aliança Liberal era formada por oligarquias regionais e tanto dela como da R30 não teriam participado ou mostrado apoio líderes industriais, haja vista o comportamento da FIESP. Se esta interpretação tem o mérito indiscutível de demonstrar que não se tratava de uma “revolução” no sentido de repetir etapas da história européia – um forte conflito social a demarcar o rompimento entre uma ordem feudal e outra capitalista – daí não se pode depreender que predominasse entre os políticos aliancistas um viés antiindustrialista, e muito menos entre os “revolucionários” de 1930, pois parte destes compunha-se de segmentos do Exército, como os tenentes, defensores da industrialização por razões de segurança nacional, inclusive de indústrias “artificiais”, como siderurgia, fábricas de armas, canhões e projéteis (Fonseca 1989, p. 122). Cabe, ainda, assinalar duas observações de caráter metodológico quanto ao uso e ao alcance de categorias teóricas, as quais influenciam decisivamente a construção da análise. Em primeiro lugar, a categoria teórica “burguesia”, à luz do *approach* marxista, o qual inspira tanto Fausto como a literatura com quem dialoga, não pode ser reduzida aos proprietários das fábricas. Nesse sentido, o argumento de que os líderes da FIESP cerraram fileiras em torno da candidatura “paulista” de Julio Prestes ajuda a demonstrar o peso do corte estadual nas instituições da Primeira República, sobejamente explorado na literatura econômica e política, mas desmerece o fato de que outras frações nacionais abrangidas pela mesma categoria estavam presentes na formação da Aliança, como industriais, pecuaristas, comerciantes, importadores e proprietários de terra do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Nordeste, sem

contar parte dos próprios cafeicultores paulistas do PD. Em segundo, tudo sugere haver o equívoco metodológico de tratar em um mesmo escopo teórico, para fins de elaborar a antinomia, a categoria burguesia, uma classe social, com oligarquia, um fenômeno de natureza política, voltado a designar de forma típica ideal um arranjo institucional em que o poder é compartilhado por um grupo que cria regras, legalmente e/ou com recurso da força e do arbítrio, para se perpetuar no poder, embora com permeabilidade de ascenso ou descenso de indivíduos. Esses dois termos teóricos não se excluem, nem idealmente nem historicamente, tendo-se em vista o caso da Primeira República brasileira. Historicamente o fenômeno oligárquico pode associar-se a qualquer classe social ou organização (sindicatos, organizações esportivas, religiosas, etc.). Há certo equívoco na historiografia econômica e política de estabelecer uma relação necessária entre oligarquia e setor agrário – e daí a consagrada expressão “oligarquia rural”, pretensamente avessa à ordem competitiva e às relações capitalistas, quando tudo sugere que estas, no Brasil, floresceram no campo antes de manifestarem-se com a mesma intensidade nas atividades urbanas (Fernandes 1981). Desde o chamado “pacto Campos Sales” (Backes 2006), na ausência de partidos nacionais, os Partidos Republicanos de cada estado tendiam a congregar os diversos segmentos de suas elites, urbanas ou rurais, amalgamando em uma mesma legenda vasta gama não só de interesses econômicos mas de lideranças intelectuais (bachareis, catedráticos, padres, militares).

Destarte, com toda a precaução necessária para ensaiar uma conclusão em uma questão complexa como essa, pode-se asseverar que a Aliança Liberal e as lideranças da R30, embora majoritariamente agrárias ou com vínculos ao setor primário, congregavam interesses diversificados, e nestes os de industriais dos estados que lideraram a chapa oposicionista liderada por Vargas, e mesmo em São Paulo, com segmentos, embora minoritários, de industriais no PD. O corte “classe social”, isoladamente e sem levar em conta outras variáveis institucionais, como a marca federativa da política da época, apresenta limites para explicar o desfecho dos fatos históricos em tela. Como fonte histórica, a plataforma aponta para a plausibilidade desta hipótese. Embora, até por uma questão de realismo, dedicasse várias páginas à problemática da cafeicultura, seu mote maior era a diversificação em matéria de economia e crítica a uma política econômica cujo epicentro era o café. Sempre restará dúvida se, como fonte, deva ser lida como mera proposta eleitoreira (com a objeção de que em documento tão importante não se escreveria algo que se fosse contrário – seria preferível a omissão) ou se já permite antever um projeto em gestação. Essa segunda hipótese não é de todo descartável, haja vista a resultante histórica, visível já na década de 1930, e sob o impulso da variável “exógena” representada pela crise internacional, de ações governamentais e de alteração na política econômica com vistas tanto de diversificar a economia como de dar veia à industrialização substitutiva de importações. Teria sido essa mudança intencional ou mera decorrência da crise externa? Vejamos a seguir.

3. A Questão da Intencionalidade

Ao final da década de 1960, a publicação de trabalhos de Peláez (1968) criticando a *Formação Econômica do Brasil* de Furtado ([1959] 1977) no que tange às origens da indústria e a política econômica da década de 1930, inaugurou um programa de pesquisa que empolgou os economistas pelo menos por duas décadas (*v.g.*: Baer (1970); Dean (1971); Fishlow (1972); Vilella e Suzigan (1973); Silva (1976); Cano (1977); Versiani e Barros (1978); Versiani (1979); Aureliano (1981); Mello (1982); Suzigan (1986); Fonseca (1989)). A visão de ambos pode-se sintetizar como diametralmente opostas. Não cabe retomar o debate como um todo, mas focar apenas o ponto que se faz necessário para responder as questões anteriormente formuladas. Registra-se, todavia, que o propósito maior de Peláez (1968, 1972, 1979, 1987) era romper com a periodização cepalina, consagrada não só por Furtado, mas por autores como Tavares ([1963] 1972) e Prebisch (1964), para quem o impacto do estrangulamento externo decorrente da Grande Depressão torna 1930 um marco divisor na história de vários países latino-americanos, entre os quais o Brasil, com a superação do modelo agroexportador e o impulso ao PSI. Para tanto, lançou mão da seguinte metodologia: inicialmente procurou mostrar que antes de 1930 já havia atividades industriais de certo vulto, as quais Furtado teria negligenciado, e, num segundo momento, que na década de 1930 nem houvera crescimento industrial significativo: Furtado teria exagerado no afã de contrapor o modelo “para fora” ao “para dentro”, tese da qual resultava o corolário de uma contradição entre exportações e crescimento da renda e da indústria, ou, ainda, entre interesses agrários e industriais, marco da construção teórica do estruturalismo latino-americano e âncora de propostas programáticas de vulto, como intervencionismo, planejamento e reforma agrária.

A questão ora abordada refere-se ao “segundo momento”, pois se centra na política econômica da década de 1930. Quanto a esta, parece indubitável que Furtado tem razão ao salientar a importância do crescimento industrial do período, objeto de motejo por Peláez. Como desconsiderar o crescimento médio da indústria de transformação de 11,2% anuais entre 1933-39, enquanto a agricultura cresceu pouco mais de 2% entre 1934-37, para uma taxa média da economia de 6,5% ao ano? Por outro lado, há alteração não desprezível na pauta de importação na década de 1930: os bens de consumo entre 1901 e 1907 representavam 36,9% do valor das importações e caíram para 17,6% em 1933-39, enquanto a importação de bens de capital no primeiro período representava apenas 7,1% alcançou 17,9% no último. Registra-se, em adição, que o crescimento industrial não se restringiu aos bens de consumo não duráveis. Embora se possa ponderar que, por terem pequena participação no total do valor agregado industrial, qualquer crescimento em termos percentuais pode tornar-se significativo, deve-se mencionar que as maiores taxas médias anuais nesse período ocorreram nos setores de papel e papelão (22,0%), metalúrgica (20,6%) e minerais não metálicos (19,9%), enquanto entre 1932-37 a produção física de ferro gusa aumentou 240%, a de aço em lingotes 123% e a de

laminados 142%; no mesmo período, o consumo aparente de cimento cresceu 110% e o de cimento nacional 282% (Villela e Suzigan (1973, p. 211–6, 435); Aureliano (1981, p. 123, 132); Baer (1970, p. 80–1)).

A argumentação de Furtado (1977, p. 195–203) mostra que essa inflexão no “centro dinâmico” da economia em direção da indústria não pode ser reduzida a mero reflexo da crise internacional. De um lado porque a economia cafeeira já estava estruturalmente apresentando problemas cíclicos recorrentes desde o final do século XIX, a exigirem crescentes intervenções governamentais. A crise internacional apenas aguçou e escancarou o estrangulamento externo e os gargalos de longo prazo do modelo exportador, como o endividamento externo e os desequilíbrios recorrentes no balanço de pagamentos. E, de outro, porque a atuação do governo fora fundamental para delinear a trajetória dos acontecimentos. Este executou uma política anticíclica, antecipando Keynes (interpretação criativa de Furtado que Pelaez pretendeu refutar, com o argumento segundo o qual se houvera algum crescimento o mesmo se devia aos mecanismos de mercado, como a decisão dos empresários na crise de diversificar os investimentos, além de mostrar que parte do financiamento se deu não através do crédito, mas da adoção de novos impostos, medida restritiva e não de expansão da demanda agregada). Para Furtado (1977, p. 178–185), o governo, pragmaticamente percebendo a importância do café na pauta de exportações, preferiu incentivar a colheita, mesmo em havendo superprodução, e a destruído parcialmente com a queima do produto. Tais medidas foram financiadas com crédito via expansão monetária, dada a escassez de financiamento externo na conjuntura de crise. Além disso, desvalorizou o câmbio, imprescindível para no curto prazo segurar os preços, aproveitando-se da condição “semimonopólica” do Brasil na oferta internacional. A consequência dessa política, além de impedir impacto mais negativo na demanda agregada, no balanço de pagamentos e nas contas públicas (dado o peso na estrutura tributária da época dos impostos de importação e exportação, e principalmente do primeiro para o Governo Federal), ocasionou mudança abrupta de preços relativos, com o encarecimento dos importados e, em decorrência, a substituição de importações, o que explicaria os altos índices de crescimento da indústria no período.

Ora, se tudo sugere que Furtado tem razão ao chamar atenção para o crescimento industrial significativo da década de 1930, por outro lado entende que não havia um propósito do governo para tal. Assim, em *Formação Econômica do Brasil*, afirma textualmente que se praticara “no Brasil, *inconscientemente*, uma política anticíclica de maior amplitude que a que se tenha sequer preconizado em qualquer dos países industrializados” (1977, p. 192, grifos meus, assim como os a seguir). Em uma única passagem transparece a dúvida sobre a consciência da política econômica, mas com respeito à economia do café, e não com relação ao setor industrial: “Esses resultados, de grande significação para o futuro imediato da economia brasileira, são um *reflexo imediato* das dimensões catastróficas da crise do café e da amplitude com que foram defendidos, *conscientemente ou não*, os interesses da economia cafeeira (p. 201)”. A tese da não consciência ou da não intencionalidade do governo com relação ao desenvolvimento da indústria é clara;

em outros momentos, abandona esta dúvida para defender explicitamente que “a recuperação da economia brasileira, que se manifesta a partir de 1933, não se deve a nenhum fator externo e sim à política de fomento seguida *inconscientemente* no país e que era *subproduto* da defesa dos interesses cafeeiros” (p. 193, grifos meus).

Essa mesma posição de Furtado aparece em outras obras suas. Em *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, de 1961, voltou a afirmar que “a marcha para a industrialização cumprida nos últimos decênios foi realizada sem que existisse no país uma clara compreensão das modificações que se estavam operando na estrutura econômica”. Só a partir da guerra, na década de 1940, que se começaria a tomar “consciência do caminho percorrido pela industrialização” (p. 244). Em *Dialética do Desenvolvimento*, de 1964, Furtado argumenta que o fato de os novos dirigentes provirem “de áreas menos ligadas aos mercados externos, como era o Rio Grande do Sul” teria contribuído para “uma percepção mais direta da realidade”, com a ressalva de que a política imprimida “não obedecesse a *qualquer* diretriz *conscientemente* estabelecida”. Seguiu-se, então, uma fase que denominou de “realismo político”, na qual “se tentou enfrentar grandes males com grandes remédios, sem maiores preocupações de coerência e *sem muita consciência do que daí decorreria*”. Enfatiza, mais uma vez, que “o país entra numa fase de modificações estruturais irreversíveis, cujo alcance *somente mais tarde seria percebido*”. A industrialização é novamente entendida como “decorrência da crise”, ou seja, “*subproduto* do realismo na defesa dos interesses cafeicultores” (Furtado 1964, p. 111–113). Em *Formação Econômica da América Latina*, de 1969, já começa a assinalar medidas institucionais importantes que vão além das políticas monetária e cambial, como a iniciativa do governo de criação da Companhia Siderúrgica Nacional, e na área tributária, como a eliminação da barreira entre transações estaduais; todavia coexiste com esta percepção ainda a de que a “industrialização seria principalmente induzida pelas tensões estruturais provocadas pelo declínio, ou crescimento insuficiente, do setor exportador” (Furtado, [1969] 1970, p. 131).

Não se trata, obviamente, de levantar qualquer objeção quanto à pertinência da interpretação de Furtado com relação à prioridade do governo brasileiro nos primeiros anos da década de 1930 com relação ao café e à crise do balanço de pagamentos – nem, muito menos, com respeito à maior robustez de seus argumentos em relação a Peláez sobre o crescimento industrial do período. Todavia, pesquisas mais recentes mostram que várias mudanças institucionais já na década de 1930 fornecem fortes indícios de que o governo apoiava a indústria e gradualmente começou a defender não só a substituição de importações, mas a industrialização como alternativa para o país (Fonseca 2003; Bastos 2007). Ou seja: se não se pode afirmar que, ao assumir em 1930, a nova equipe dirigente já encampava um projeto industrializante perfeitamente delineado (embora defendesse a diversificação produtiva e nas exportações), tudo leva a crer que este começou a ser gestado e a ganhar adeptos já nos primeiros anos da década de 1930, e não apenas na década de 1940, com a guerra.²

² Outros autores vão na mesma linha de Furtado. Lessa (1982), por exemplo, é enfático, e claramente

Em parte pode-se entender a conclusão de Furtado como decorrente das variáveis que utilizou para demonstrar seu objetivo, qual seja, a importância da atuação do governo, através das políticas monetárias e cambiais, para sustentação da demanda agregada. Se o recurso a essas *políticas instrumentais* (já que são meios para manipular a demanda agregada e a estabilização, juntamente com a política fiscal) é pertinente para o propósito que tinha em mente, todavia, *dificilmente permite, por si só, detectar projetos de longo prazo nos governantes, pois na maior parte das vezes essas políticas são definidas tendo em vista problemas conjunturais ou de curto prazo*, os quais deixam escassa margem de manobra aos *policy makers*. Assim, a recorrência a outras fontes de pesquisa, como o discurso (entendido em sentido lato como pronunciamentos, entrevistas, depoimentos, relatórios) e as *medidas institucionais propostas e/ou implementadas* tornam-se valioso material por explicitarem de forma mais acurada as intenções, sem as quais não se pode metodologicamente detectar com mais precisão a existência de um projeto. Em outras palavras (Fonseca 2003, p. 134):

Entende-se que, se nem sempre estas políticas instrumentais são capazes de evidenciar intencionalidade, dificultando que de sua formulação ou execução se possam depreender claramente as intenções de seus formuladores, o mesmo não ocorre com instituições criadas, extintas ou alteradas. O exame destas pode mostrar-se valioso metodologicamente ao permitir, com maior facilidade e precisão, que sejam empiricamente reveladas intenções, planos e projetos, porquanto em geral resultam de atos deliberados, que precisam ser materialmente expressos não só “fisicamente” (caso de órgãos, institutos, ministérios, associações), como pela escrita (caso de leis, códigos e alguns símbolos) ou pela linguagem oral (caso de discursos e entrevistas, por exemplo).

Em consonância a essa assertiva, não se pode negar que a década de 1930 é riquíssima em mudanças institucionais, estas entendidas seja no sentido amplo empregado pelo institucionalismo tradicional inspirado em Veblen, para quem o termo instituição abarca crenças, valores, símbolos e padrões de comportamento, seja mesmo no escopo da Nova Economia Institucional, que salienta as “regras do jogo”, direito de propriedade e os custos de transação. Para tanto, basta lembrar que na década de 1930 houve duas constituições, uma votada por uma Assembléia Constituinte (1934) e outra outorgada (1937), as quais, a despeito das diferenças,

denomina os anos de 1930 a 1950 como de industrialização “não intencional”. E Dean (1971, p. 17): “Até o fim da década de 1930, contudo, a substituição de importações por manufaturas nacionais não foi resultado de um estímulo oficial compreensivo ou mesmo consciente, a não ser em casos especialíssimos”. Já Villela e Suzigan (1973, p. 78) afirmam: “Nunca houve no Brasil, até 1945, uma política com um conjunto coordenado de medidas capazes de incentivar o desenvolvimento industrial. A industrialização, na verdade, nunca foi objetivo básico da política econômica governamental”. Peláez (1987, p. 92), pelo que se depreende, ao criticar Furtado, chega a defender que nem a defesa da demanda agregada era consciente: “Sem dúvida uma importante política, mesmo não consciente, que impedia a transmissão da contração mundial às atividades internas”. Assim, neste último a ausência de intencionalidade chega ao paroxismo de defender que não houve tanto a sustentação do nível de renda como o crescimento industrial e, se ocorreram, foram “espontâneos”, decorrências da lógica do próprio mercado. Fica a dúvida de como este *approach* explicaria o intervencionismo e a crescente complexificação do aparelho estatal da década de 1930 (Draibe 1986; Fonseca 1989), bem como o fato de o Brasil ter sido provavelmente o único país do mundo a sair da Grande Depressão através da regra do *laissez-faire*, enquanto os próprios Estados Unidos precisaram de uma política da envergadura do *New Deal*.

ampliaram significativamente o poder do Executivo na ordem econômica e social, centralizaram tributos na esfera federal e estabeleceram as bases para novas relações contratuais entre capital e trabalho com a legislação trabalhista (a qual, por sua vez, também incide sobre os custos de transação). A redefinição da propriedade do solo, subsolo e das águas deve-se aos códigos de Minas e de Águas, com a ampliação da esfera estatal na exploração de minérios e proibindo a propriedade privada do subsolo. Por outro lado, a Reforma Tributária de 1934, embora objeto de diferentes interpretações (Leopoldi 2000), em parte contribuiu, associando-se à desvalorização cambial, para explicar as altas taxas do crescimento do período.³ Já na área trabalhista, a mudança da política governamental começa menos de um mês depois da posse do Governo Provisório, em novembro de 1930, com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. A legislação criava um marco regulatório para a definição de regras básicas, como contratação, dispensa e remuneração, até então restritas a algumas categorias sindicalizadas. O foco de esta legislação restringir-se à economia urbano-industrial constitui sua característica institucional mais marcante e reveladora de intenções, pois excluía os trabalhadores do campo de direitos como férias, 13º salário, carteira do trabalho e direito de greve.

Ao contrário da visão agrarista, Vargas, já ao assumir a presidência da república, começa manifestar em seus discursos a preocupação com a educação dos trabalhadores, tratando-os inovadoramente como *capital humano* aplicável ao aproveitamento integral das nossas condições excepcionais de riqueza” (Vargas (1938, v. 3: p. 246); grifos nossos). Coube a Francisco Campos liderar a reforma educacional já no primeiro ano de governo, a qual introduziu cursos técnicos de nível médio voltados ao trabalho e à produção, assim como incentivou cursos superiores de engenharia, veterinária, agronomia e contabilidade, em contraposição ao ensino mais voltado à preparação de elites até então vigente, centrado em disciplinas humanísticas e letras clássicas. A preocupação com a melhoria da produção agrícola e industrial também aparece com a criação da Diretoria Geral de Pesquisas Científicas junto ao Ministério da Agricultura, do Instituto de Tecnologia. Previa-se, ainda, a criação de duas diretorias, das Minas e das Águas, e três centros de pesquisa vinculados à extração mineral: Instituto Geológico e Mineralógico, Laboratório Central de Indústria Mineral e Escola Nacional de Química. Estes fazem parte de uma série de órgãos, institutos, departamentos e comissões, a mostrar a alteração da relação entre estado e economia na década de 1930, os quais evidenciam a preocupação oficial com a diversificação do setor primário e com a indústria. A criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil em 1937 marca uma nova postura do estado, com a institucionalização de um departamento dentro do Banco do Brasil voltado a financiar, com crédito de longo prazo, a produção. Também o governo alterou a legislação para introduzir

³ “A reforma de 1934 resultou em um aumento da tarifa específica agregada da ordem de 15%; a redução na margem de proteção que se verificou depois de 1935 – nunca abaixo dos níveis de 1928 – deveu-se ao aumento considerável dos preços de importação em mil-réis, causado, principalmente, pela desvalorização cambial. De outra forma seria difícil explicar o aumento considerável do produto industrial que caracterizou a década de 1930” (Abreu 1989, p. 86).

mudanças institucionais para disciplinar o funcionamento do mercado de câmbio e gerenciar os fluxos monetários externos (Laan et alii 2010). Citam-se, ainda, a criação do Departamento Nacional do Trabalho e do Instituto do Açúcar e do Alcool, em 1933; do Conselho Federal do Comércio Exterior, do Plano Geral de Viação Nacional e da Comissão de Similares, em 1934; e do Conselho Técnico de Economia e Finanças, em 1937. A partir do Estado Novo, e certamente sob o impulso do contexto de guerra, esta política de criação de órgãos, conselhos e institutos intensificou-se. Datam de 1938 o Conselho Nacional do Petróleo, o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), o Instituto Nacional do Mate e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE); de 1939, o Plano de Obras Públicas e Aparelhamento de Defesa e o Conselho de Águas e Energia; de 1940, a Comissão de Defesa Nacional, o Instituto Nacional do Sal, a Fábrica Nacional de Motores e a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional. São do final da década de 1930 as primeiras iniciativas no campo da siderurgia, as quais resultarão na criação da Companhia Siderúrgica Nacional em 1941.⁴ Mas antes disso, em 1931, Vargas já assim enfatizava (Vargas 1938, v. 1, p. 165):

Nenhum outro dos problemas que dizem respeito ao desenvolvimento econômico do país sobreleva em importância ao da exploração das nossas jazidas minerais. Por isso mesmo, consiste nosso maior interesse resolvê-lo, principalmente no que toca à siderurgia, cuja criação em grande escala é obra de patriotismo incentivar sem tardança.

A necessidade de desenvolver a siderurgia contribuiu para o abandono da concepção que a considerava “artificial”, à moda da antiga visão agrarista (Bastos (2009); este autor detalha a relevância das indústrias de base no projeto varguista). A complementaridade entre a produção agrícola e a industrial permeia o discurso pronunciado em 23 de fevereiro de 1931, em Belo Horizonte, no qual defendeu que a modernização agrícola depende da siderurgia, e que para tanto se impunha substituir importações (Vargas 1938, v. 1, p. 100–101):

Por seu intermédio [do ferro] abastecem-se de águas as cidades e irrigam-se as lavouras. Dele se faz a máquina, e é a força. Por ele se transporta a energia, florescem as indústrias, movimentam-se as usinas. (...) Explorêmo-las, adquirindo, com trabalho tenaz e inteligência prática, a abundância e a independência econômica. (...) Muito teremos feito dentro de breve tempo se conseguirmos libertar-nos da importação de artefatos de ferro, produzindo o indispensável ao abastecimento do país. Nacionalizando a indústria siderúrgica, daremos grande passo na escalada ao alto destino que nos aguarda. O nosso engrandecimento tem que provir da terra, pelo intenso desenvolvimento da agricultura. Mas, o esforço para esse fim se esteriliza e fraqueia,

⁴ Em outros países latino-americanos, como Colômbia e Chile, o impacto da crise, com a alteração de preços relativos e a escassez de financiamento externo, também propiciou substituição de importações. Todavia, esta se deu de forma menos intensa e mais fragmentária, incapaz de sustentar uma mudança de longo prazo no sentido da industrialização. Uma hipótese que ajuda explicar a diferença desses países com relação ao Brasil refere-se às mudanças institucionais: estas não são decorrência imediata da crise, precisam ser induzidas, e por isso a alteração da correlação de forças políticas ocorridas em 1930 é variável imprescindível para explicar as alterações subsequentes da economia brasileira.

ao lembrarmos-nos que todo o maquinismo, desde o arado que sulca o seio da gleba até o veículo que transporta o produto das colheitas deve vir do estrangeiro.

Note-se que nesses discursos, pronunciados poucos meses após ascender ao poder, já constam, *explicitamente, elementos-chave do projeto desenvolvimentista* (Fonseca 2004b): a modernização agrícola integra o projeto, mas só se efetivará se o setor primário fizer uso intenso de máquinas e equipamentos industriais; estes não devem ser importados, mas produzidos dentro do país, substituindo as importações. O ferro é necessário para possibilitar indústrias, usinas e o abastecimento urbano. As palavras “independência econômica”, “libertar-nos”, “nacionalizando” e “engrandecimento” evidenciam o tom nacionalista integrante da ideologia nacional-desenvolvimentista. O discurso faz um chamamento para a adesão a um projeto. A expressão “breve tempo” remete a sua urgência, conclamando para a luta por um *objetivo final*: o “engrandecimento” e a “independência do país”. Havia um caminho que se impunha percorrer, mas difícil e acidentado: uma “escalada”. Seu alcance não viria de maneira espontânea ou pelos mecanismos automáticos do mercado: o *desenvolvimento* (veja o uso desta palavra já nessa época) depende de *ações conscientes* para atingi-lo; o governante, ou o Estado, propõe-se liderar o movimento para chegar lá, mas clama a participação dos presentes, sintomaticamente os incluindo num só corpo com o recurso da primeira pessoa do plural: o “nós” subentende um projeto em que *a práxis se faz necessária*. A mensagem é clara: sem a substituição de importações o país permanecerá no *atraso – que se antepõe ao desenvolvimento, legitimando este último* –, sem “independência econômica”, “estéril” e “fraco”. Mas quanto ao futuro o teor da mensagem expressa otimismo: “alto destino nos aguarda”, cabe a “nós”, alcançá-lo. Há um projeto que se impõe levar adiante – consciente, deliberado, inexorável – meio para atingir, escatológica e teleologicamente, um fim desejável.

Mensagens semelhantes serão enfaticamente repetidas nos anos seguintes.⁵ Já aparecem no início da década de 1930 e ganharão maior espaço ainda a partir do Estado Novo (Fonseca 1989, p. 249–328). A linguagem é tão impositiva que a mensagem não precisa ser decifrada: está explícita de forma clara e cristalina. Discursos como esses – associados à criação de leis, códigos e órgãos no aparelho do estado – tornam difícil admitir que o crescimento industrial e a substituição de importações do período se deram ao acaso – ou que consistem em “subproduto”, terminologia que os reduz à mera decorrência, inesperada, da política econômica para sustentar as exportações de café.

⁵ Por isso é difícil concordar com Dean (1971, p. 17) quando ele afirma: “(...) a industrialização não contava com o apoio de uma ideologia operacional de desenvolvimento que parece ser, tão amiúde, uma força motivadora de crescimento em áreas não desenvolvidas (...)”. As fontes de pesquisa que utilizamos sugerem exatamente o contrário.

4. Populismo e Substituição de Importações

É corrente na historiografia econômica e política latino-americana, e principalmente do Brasil, a associação entre substituição de importações e populismo, de tal forma que, muitas vezes, ambos são considerados, respectivamente, as faces econômica e política de uma mesma moeda. A origem veio da área da Ciência Política, com autores como Tella (*in* Véliz (1965)), Germani (1968) e Laclau (1977). No Brasil, destacaram-se autores como Weffort (1966, 1977, 2004, 2006), Cardoso (1977), Cardoso e Falleto (1974), Saes (1985) e Ianni (1977). A seguinte passagem de Cardoso (1977, p. 103) ilustra esse ponto de vista, ao entender o populismo.

como o elo através do qual se vinculam as massas urbanas mobilizadas pela industrialização – ou expulsas do setor agrário como consequência de suas transformações ou de sua deterioração – ao novo esquema de poder; e converter-se-á na política de massas, que tratará de impulsionar a manutenção de um esquema de participação política relativamente limitado e baseado em uma débil estrutura sindical que não afetou as massas rurais nem o conjunto do setor popular urbano.

O populismo abriria espaço para líderes carismáticos, que se aproveitariam da “baixa consciência” dos trabalhadores para manipulá-los ao seu favor, embora, em troca, também atendiam parte de suas reivindicações; nas palavras de Weffort (1977, p. 51): “foi um modo determinado e concreto de manipulação das classes populares mas foi também um modo de expressão de suas insatisfações”. No caso do Brasil, Vargas e Goulart são considerados os casos mais típicos de populismo, fenômeno que teria começado em 1930 (Weffort (1966, p. 72); Cardoso (1977, p. 55); Ianni (1977, p. 37); Fausto (1983, p. 104); Saes (1985, p. 87); Peláez (1987, p. 116)). Vários autores mais recentes vêm criticando essa interpretação, ao colocar em questão seja o caráter manipulatório seja o próprio uso da categoria populismo para qualificar a política do período, como Gomes ([1988] 2005), Bodea (1992), Ferreira (1997, 2001, 2005) e Silva (2008), esta última com uma aplicação econômica de teoria dos jogos.

Nas décadas de 1960 e 1970 os estudos sobre populismo circunscreveram-se a trabalhos sociológicos e de Ciência Política, principalmente de cunho marxista (os quais, surpreendentemente, preferiam a amorfa e plástica “massa” em vez da categorização das classes sociais, tão cara a Marx). A partir da década de 1980, com o fim dos governos militares em vários países latino-americanos, tornaram-se objeto de investigação de economistas, principalmente na tentativa de explicar as opções de política econômica de alguns novos governos civis eleitos, que insistiam em ignorar a necessidade de políticas de estabilização proposta pelo receituário ortodoxo e priorizavam – pelo menos retoricamente, mas não raro com medidas efetivas –, o crescimento e a redistribuição de renda. Parecia não haver dúvida: a “volta” do populismo mostrava que era um fenômeno *embedded* no subcontinente,

portanto muito mais que um epifenômeno do antigo PSI.⁶ Vem à baila, então, a distinção entre populismo político e populismo econômico; ao contrário do primeiro, este último foi desenvolvido principalmente por economistas adeptos do *mainstream* teórico (com exceção de Bresser-Pereira).⁷ É particularmente a pertinência deste último para caracterizar a política econômica do governo brasileiro da década de 1930 que será aqui abordada.⁸ Para tanto, parte-se da proposição expressa por esse autor (Bresser-Pereira 1991, p. 8), para quem ambos *não necessariamente precisam coexistir*. Segundo ele, o populismo econômico ocorre principalmente quando o governo adota um “distributivismo ingênuo e em um desenvolvimentismo que não mede custos. Desenvolvimento econômico e distribuição de renda são entendidos como dois objetivos que podem ser alcançados com relativa facilidade pelo, de um lado, aumento dos investimentos e dos gastos sociais do Estado, e, de outro, pelo aumento de salários”. Em vista disso, embora tenha como objeto de investigação os governos civis que sucederam o ciclo militar a partir de 1964, Bresser-Pereira exemplifica, numa breve passagem, uma síntese de sua diferenciação: “Getúlio Vargas foi um clássico líder populista que jamais adotou o populismo econômico”. Não será objeto das considerações a seguir a primeira parte da afirmação, referente ao âmbito do populismo político, tratada pelas críticas mais recentes já mencionadas; nosso objetivo é explorar a segunda parte, relativa ao populismo econômico, tendo em vista a década de 1930. Nossas pesquisas vão na direção de referendar sua afirmação. Para tanto, faz-se necessário, como passo metodológico, explicitar como os autores que se debruçaram sobre o tema definem populismo econômico em seus modelos, com o propósito de minimizar o risco de a imprecisão terminológica comprometer o desdobramento da análise.

As primeiras análises sobre populismo econômico remontam ao final da década de 1970, em autores como autores como Canitrot (1975) e O’Donnell (1977). A partir daí, proliferaram vários trabalhos, como os de Díaz-Alejandro (1981), Sachs (1989), Dornbusch e Edwards (1989, 1990) e Bresser-Pereira (1991), cujas contribuições, apesar de enfoques diferentes, convergem em alguns pontos essenciais que permitem detectar um *hard core* embutido no conceito (Fonseca 2011, p. 62). Todos partem de modelos em que a política econômica populista é descrita através de ciclos ou fases que se sucedem. Na primeira fase, o governo, ao assumir, já revela no plano retórico sua intenção de crescimento rápido e de distribuição; a seguir, tenta implantar as medidas, ignorando as restrições orçamentárias e o a estabilização. O modelo de Díaz-Alejandro supõe que o governo começa com expansão de salários e de gastos públicos não financiados por aumento de impostos (“populismo fiscal”).

⁶ Para uma análise crítica a este entendimento, tendo em vista o caso argentino, ver: Rougier (2003).

⁷ Koselleck (2006, cap. 5) explora como o conceitos passam a ter seu sentido reformulado e adquirem nova significação frente à necessidade de se explicar o presente ou o passado, constituindo-se em vocábulos nos quais se concentra uma multiplicidade de significados: “Uma palavra contém possibilidades de significado, um conceito reúne em si diferentes totalidades de sentido. Um conceito pode ser claro, mas deve ser polissêmico” (p. 109). Para uma discussão metodológica e os vários empregos do termo populismo, ver: Weyland (2001) e Riker (1982).

⁸ Sobre o segundo governo de Vargas (1951-54), veja artigo que, com abordagem semelhante, defende a impropriedade de considerar a política econômica desse período como populista: Fonseca (2010).

Sachs adota como ponto de partida a valorização do câmbio, que poderia ser obtida com uma taxa nominal fixa juntamente com expansão monetária (“populismo cambial”). Dornbusch e Edwards frisam o propósito da distribuição através de aumentos salariais e aquecimento da demanda de consumo (“populismo salarial”). Bresser-Pereira mostra diferentes possibilidades de começo do ciclo, as quais podem associar as arroladas anteriormente e outras, como juros baixos e congelamento de preços e tarifas, certamente tendo em vista a experiência brasileira da segunda metade da década de 1980. As fases seguintes são semelhantes, quanto ao desfecho, em todos os modelos: após um primeiro período de alto crescimento, a inflação começa a crescer, o saldo das Transações Correntes cai e o déficit público aumenta. O fim da euforia abre espaço para políticas ortodoxas, com o retorno a uma situação mais grave do que a anterior ao início do ciclo. Todos os modelos emitem uma mesma mensagem: os *policy makers* não admitem restrições (orçamentárias, cambiais, distributivas) no afã de maximizar o crescimento e a distribuição no curto prazo, prática essa que passa a caracterizar a política econômica populista. Como já observamos anteriormente, esta se revela principalmente na primeira fase, quando o governante declara sua intenção e põe em prática os mecanismos que utilizará para alcançar seus objetivos – *é nela se encontra o gérmen do desfecho sempre perverso* (Fonseca 2011, p. 63).

A análise da política econômica brasileira da década de 1930 afasta-se substancialmente do proposto nos modelos acima. Não há fases como as neles previstas nem – o que é fundamental – a proposta do Governo Provisório foi crescer ou distribuir renda “a qualquer custo”, jogando o ajuste para o futuro, a resultar em uma situação perversa no longo prazo. Ao contrário, a política foi de sustentação do nível de renda do setor exportador, em crise aguçada pelo contexto internacional – medida que Furtado entendeu como próxima ao receituário keynesiano, implantada com caráter anticíclico de sustentação da demanda agregada – o que nada tem de “populista” quanto a intenções ou prática política, posto que aceita pelo *mainstream* e utilizada largamente por vários governos, mesmo conservadores, nas crises (não só na década de 1930 como em conjunturas mais recentes, inclusive no século XXI). Também não há registro de políticas “demagógicas” voltadas à redistribuição de renda — mesmo o salário mínimo, talvez a mais básica medida que pudesse desvelar este propósito, só entrou em vigência no início da década de 1940. Indo pouco mais aos detalhes:

- (a) populismo fiscal: não houve expansão dos gastos governamentais de forma descontrolada. Ao contrário, o orçamento governamental – documento que consolida a proposta ou intenção dos governantes – previa queda no valor nominal das despesas entre 1930 e 1931 (o que se traduz nos modelos como “primeira fase”): de 3,020 milhões em 1930, para 2.452, 2.217, 2.101 milhões nos anos seguintes (Villela e Suzigan 1973, p. 185). A previsão orçamentária para os anos de 1931 a 1933 era de superávit, o oposto do considerado nos modelos como “populismo fiscal”. Embora nem sempre a previsão tenha se concretizado, já que a execução orçamentária registra déficits no período, o próprio governo houve por bem explicar-se, mostrando que tais fatores eram esporádicos e não

desejáveis, como na mensagem enviada por Vargas à Constituinte em 1933: “Não surgissem os dois poderosos atores de perturbação acima indicados – a seca do Nordeste e a rebelião em São Paulo – e, como resultante, a queda das rendas públicas e, por certo, o ano de 1932 teria sido da iniciação da política financeira de saldos efetivos e do restabelecimento da prosperidade da Nação” (Vargas 1938, v. 3, p. 49). Os pronunciamentos governamentais na área fiscal não deixam dúvida ao evidenciar que o governo de fato pretendia adotar políticas para enfrentar a crise, como estímulo à produção e à substituição de importações, mas sua retórica, mesmo nessa conjuntura adversa, não ia no sentido de ignorar restrições orçamentárias e fiscais, como no discurso de 3 de outubro de 1931, ao fazer um balanço de suas realizações: “A orientação que adotamos, ditada pelo bom senso, aconselhada pela experiência, tanto nossa como de outras nações e, ainda, pelo ensinamento dos mestres, não há de falhar nos seus resultados. Cortar despesas, equilibrar orçamentos, estimular as fontes produtoras, diminuir a importação e aumentar a exportação – julgamos ser medidas elementares da política econômica de benefício certo e inofensível” (Vargas 1938, v. 1, p. 252). Cabe ainda registrar que o governo criou novos impostos com o fito de impedir o aprofundamento do déficit (e também desestimular novas plantações de café): em 1931 determinou o pagamento de 20%, em espécie, de todo café exportado e, adiante, de 1 mil-réis sobre cada pé novo de cafeeiro plantado no estado de São Paulo. Em síntese: embora nos primeiros anos da década de 1930 verifiquem-se déficits e o governo, na prática, tenha estimulado a demanda agregada, vários documentos mostram que ainda permanecia apegado, pelo menos no plano retórico, ao princípio das “finanças sadias”, o qual Vargas seguira desde seu ingresso na política, posto que ponto programático do positivismo comtiano (Fonseca 2004a,b). Assim, *a desafiar quem pretende decifrar os meandros da política econômica como um exercício de lógica formal, conviveram nesta conjuntura tanto o discurso pró-estabilização e o desenvolvimentista, assim como ações e práticas efetivas nos dois sentidos. A opção do governo por mudanças estruturais de vulto, como a industrialização e a diversificação agrícola, inclusive induzidas pelo estado, não o levou a negligenciar o controle das contas públicas, como se “ignorasse restrições”, ao contrário do que propõem os modelos de ciclo populista;*

- (b) populismo cambial: a política adotada foi de desvalorização cambial e não de valorização; portanto, oposta à prevista pelos modelos, que vêm a apreciação da moeda como forma de estimular o consumo e as importações. Não há questionamento na literatura quanto à desvalorização cambial e seu objetivo, que era garantir um fluxo de exportações a fim de minimizar o déficit no balanço de pagamentos. Cabe ainda registrar que a sustentação da demanda agregada adotada não era via consumo (C) nem propriamente pelos gastos governamentais (G) à la Keynes, pois seu foco era o setor exportador (X) – imposição da crise internacional, mas adotada simultaneamente com medidas visando a sua alteração estrutural no sentido da diversificação a longo prazo, uma vez que simultaneamente lançou impostos sobre o café para inibir novas

plantações e, com isto, desestimular sua oferta. O resultado, ademais, contrasta com o desastre final previsto nos modelos de ciclo populista: a adequação entre a oferta e a demanda internacional de café foi sendo lograda gradualmente ao longo da década de 1930 de forma que, ao final da guerra, a segunda já superava a primeira (Mueller 1983, p. 225-7). E a participação do café no valor das exportações caiu de 72,5% entre 1924-29 para 47,8% entre 1934-39 (Villela e Suzigan 1973, p. 70);

- (c) populismo salarial: como não havia salário mínimo na década de 1930 (e, tampouco, indexação de salários), praticamente fica eliminada a hipótese de o governo ter usado esse instrumento para exercer seu “viés populista”. Todavia, não se ignora que parte da literatura considera a legislação do trabalho como manifestação de demagogia com relação às “massas”, embora outros autores, num extremo oposto, prefiram associá-la ao fascismo e à Carta de Trabalho. A interferência do governo na “questão social” já estava prevista na plataforma da Aliança Liberal e as principais leis da década de 1930 nada têm de demagógicas ou que possam sugerir rompantes governistas para usá-las como instrumento para galgar popularidade, como sugerem os modelos. Como tendência histórica, já aparecem na década de 1920 medidas importantes na área, como leis sobre acidentes de trabalho (1919), a Caixa de Aposentadorias e Pensões e estabilidade para trabalhadores de estradas de ferro (1923), Conselho Nacional do Trabalho (1923) e Código de Menores (1925). Ora se tratava, sobretudo, de regular as relações entre “empregadores” e “empregados”, para usar a terminologia oficial, e de consolidar o papel do Estado como mediador, seja através de órgãos do Executivo (Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e do Departamento Nacional do Trabalho, respectivamente de 1930 e de 1931) seja do Judiciário, prática iniciada com a criação das Juntas de Conciliação e Julgamento para resolver dissídios, em 1932. Estabeleceu-se o regime de sindicato único para cada categoria, proibiu-se a filiação a sindicatos e organismos internacionais, com o que se atingia comunistas e socialistas, e proibiu-se a sindicalização de funcionários públicos e de empregados domésticos. Mesmo a famosa “lei dos 2/3”, a qual exigia pelo menos esta fração de trabalhadores nacionais em cada empresa, que poderia parecer fruto de um “nacionalismo populista”, deve ser entendida dentro do contexto da época, quando o desemprego generalizado levou vários países europeus e mesmo os Estados Unidos a limitarem a imigração e adotarem leis restritivas.

Por outro lado, o salário mínimo, apesar de acenado eleitoralmente em 1929 e consagrado nas constituições de 1934 e 1937, só entrou em vigor mais de uma década mais tarde, em 1941. Causa espanto como a literatura pode considerar populismo e demagogia tanta prudência e comportamento *não apenas diverso como oposto à tipificação conceitual do fenômeno* – seja pelo populismo político seja pelos modelos de populismo econômico –, sem contar que direitos sociais, como jornada de oito horas, previdência, sindicalização e direito de greve eram medidas já adotadas, algumas há mais de um século, em boa parte dos países

industrializados, portanto já integradas ao *modus vivendi* da civilização ocidental e capitalista. Menos que manifestação populista, o entendimento governamental, fato já assinalado por alguns autores (como Fausto [1970] 1983; Oliveira [1972] 1981; e Vianna, 1978), manifesta a percepção de organizar e dar parâmetros ao mercado de trabalho, considerando tal “tarefa”, inclusive, como parte integrante de um projeto maior de industrialização capitalista. Na linguagem das teorias institucionalistas, tratava-se da introdução de novas relações, leis e práticas, e junto com elas novas crenças e hábitos, em substituição às vigentes à época do Brasil rural e voltado “para fora” e, através da legalização dos conflitos entre capital e trabalho, diminuir a incerteza e balizar alternativas, diminuindo os custos de transação.⁹ Não é à toa que o grande marco institucional da legislação trabalhista brasileira da época é a exclusão dos trabalhadores rurais, pressupondo que a questão social era nitidamente urbana e, em adição, ganhando o importante beneplácito de parcelas expressivas do setor agrário tanto para sua adoção como para integrar as forças de sustentação política do projeto governista de substituição de importações.

Por fim, e em consonância com a metodologia aqui adotada de incorporar o discurso como fonte de pesquisa, há sobejos registros a evidenciar elementos que o afastam dos pressupostos e corolários formuladas pelos teóricos do populismo. Os principais discursos da época sobre a questão social não se dirigiam aos trabalhadores (tidos como interlocutores por excelência dos governantes “populistas”), mas “às classes conservadoras”, no sentido de vencer resistências a sua adoção; o próprio 1º de maio era comemorado em palácio ou em recintos fechados (a prática de reunir trabalhadores em estádios para discursar só aparece nos anos finais do Estado Novo). Ao contrário de acirrar os conflitos para explorá-los em benefício próprio, Vargas repetidas vezes (Fonseca 1989, p. 291–321) enfatizava valores como harmonia e cooperação, como em maio de 1938: “Não basta, porem, a tranquilidade e a harmonia entre empregados e empregadores. É preciso a colaboração de uns e outros no esforço espontâneo no trabalho comum em bem dessa harmonia, da cooperação e do conagraçamento de todas as classes sociais” (Vargas 1938, v. 5, p. 205). Já com relação ao salário mínimo, e em oposição aos que o propunham em nível mais elevado do que o governo estava disposto a definir em sua primeira edição, sentenciou: “Trata-se de um mínimo de remuneração, dentro de um critério moderado e equitativo, capaz de evitar aos empregadores exigências incompatíveis com a nossa economia, sob muitos aspectos ainda incipiente e em fase de organização” (Vargas 1938, v. 5, p. 172). A adoção do salário mínimo, argumentava numa tentativa de convencer os opositores, viria estimular a produtividade e o lucro das empresas, e não inibi-los. Deveria ser fixado em um nível “moderado e equitativo”, de forma a não prejudicar o desenvolvimento econômico do país

⁹ A legislação trabalhista pode tanto aumentar como diminuir custos de transação. Neste último caso, vale lembrar que assimetria de informação e poder de mercado, tanto de empresas como trabalhadores, são sempre encontrados no mercado de trabalho, e a legislação trabalhista, dentro desta visão institucionalista, justifica-se como forma de contrapor-se a isso. Por outro lado, a legislação cria um marco regulatório, diminuindo a incerteza; e uma solução ótima do ponto de vista econômico pode não o ser se outros valores, além da eficiência, forem levados em conta, como segurança e bem-estar (Ver: Pinheiro e Saddi (2005, p. 511); Cooter e Ulen (2000, p. 91)).

(Vargas, 1944, v. 10, p. 33). Afasta-se definitivamente, portanto, da formulação dos modelos segundo a qual a política econômica populista não reconhece limites para implantar sua opção pelo crescimento e supõe uma correlação sempre virtuosa entre este e nível de salários. A regra para reajustá-lo deveria inspirar-se no gradualismo e no postulado, aceito pela teoria tradicional, da produtividade: “O estabelecimento de um padrão mínimo de vida para a grande maioria da população, aumentando no decorrer do tempo, os índices de saúde e produtividade, auxiliará a solução de problemas que retardam a marcha do nosso progresso” (Vargas, 1944, v. 6, p. 205).

Destarte, entendemos que há elementos suficientes para colocar em dúvida, senão rejeitar, as teses defensoras de que o governo brasileiro na década de 1930 pode ser considerado como populista, e mais ainda sua política econômica. Nota-se que essa última conclusão veio a lume mesmo diante de uma metodologia de trabalho que optou como referencial teórico, propositalmente, modelos afinados com a ortodoxia e com o neoclassicismo, portanto os mais exigentes quanto a pressupostos e hipóteses, muitas vezes envolvidos em uma roupagem aparentemente neutra para rotular como populista toda política econômica que se desvia do que os próprios autores consideram como “boa” ou “desejável” – juízo de valor que, paradoxalmente, não causa nenhum constrangimento a quem tem a pretensão de modelar ciência positiva.

5. Conclusão

Os resultados das pesquisas, já realizadas ou em andamento, relatados neste artigo, sobre a R30 e seus desdobramentos na economia brasileira, contrastam com algumas interpretações correntes – as quais justamente motivaram a necessidade de mais pesquisa sobre o tema. Ainda há larga aceitação à tese de que a Aliança Liberal, por ser articulada por “oligarquias regionais não cafeicultoras”, era desprovida de uma visão modernizante para a sociedade brasileira, e que permeava seus principais líderes ou agentes uma *Weltanschauung* agrarista, avessa à racionalidade do mercado ou alheia aos móveis capitalistas do comportamento econômico. Essas interpretações tradicionais possuem extrema dificuldade para explicar os desdobramentos da R30, como o intenso desenvolvimento industrial da década que lhe seguiu, sem contar o aparecimento de leis, códigos, órgãos, conselhos, institutos e as primeiras empresas estatais. Estes, por certo, não brotaram espontaneamente. Trata-se de atos deliberados, com *coerência entre si*, criados justamente para incentivar a produção industrial e diversificar o setor primário e as exportações, cujas intenções são muitas vezes explicitadas textualmente em pronunciamentos oficiais, não deixando pairar dúvidas sobre suas razões. Registra-se que, neste caso, não há divergência ou contradição entre os atos e os discursos que os molduram e os justificam, entre intenções e resultados. Muitos deles sofreram fortes contestações por outros segmentos das elites, como a revolta paulista de 1932, e por isso exigiram determinação, autoritarismo e mesmo a força para serem efetivados – como os atribuir ao acaso?

Procuramos também contestar ou relativizar outras teses vinculadas às interpretações tradicionais, como a da existência de divergência radical de interesses entre os setores agrário e industrial, a qual negligencia a complementaridade existente entre ambos e dificulta a explicação do crescimento industrial e de um projeto de substituição de importações já na década de 1930. Este certamente não nasceu pronto e acabado, mas foi se corporificando e ganhando adeptos, fato facilitado pela crise do setor exportador. Vários autores, como Luz (1975) e Carone (1977, 1978), já haviam mostrado que a trajetória das ideias e iniciativas pela industrialização do Brasil vêm de longa data, muito anteriores a 1930. Na mesma direção, o material empírico aqui trabalhado permite detectar, já muito antes dessa década, a gênese das ideias desenvolvimentistas e defensoras da industrialização por substituição de importações (Fonseca 2004a). Estas não nasceram em 1930; todavia, foi a partir deste ano, com a alteração na correlação de forças políticas propiciada pela R30 e com a interveniência do contexto externo, que se abriu espaço para gradualmente se materializarem como política econômica e serem implantadas apontando para a existência de um projeto para o país que perdurou pelo menos nas cinco décadas seguintes.

Outra dessas teses, finalmente, é a do populismo. A inexistência de intenção governamental no sentido da industrialização torna difícil levantar hipóteses plausíveis para explicar as mudanças institucionais do período, principalmente no aparelho de Estado, bem como visualizar a regulamentação do mercado de trabalho e a introdução de leis com vistas à universalização dos direitos sociais como partes integrantes de um projeto maior: por isso, talvez, a legislação trabalhista passou a ser concebida como demagogia ou mero fruto de decisões políticas manipulatórias e sem racionalidade econômica. Mas qual sociedade capitalista industrial não regulamenta seu mercado de trabalho? Em que formação histórica, se não nessa, apareceram os direitos sociais e as lutas para sua implantação? A opção metodológica aqui adotada não foi a desconstrução do conceito de populismo, como de forma pertinente e aguçada o faz Ferreira (1997, 2001, 2005), evidenciando que seu uso sempre carrega consigo um viés carregado de subjetividade e pré-conceito. Mais modesto, o caminho metodológico foi, com foco no populismo econômico, partir dos próprios modelos formulados aos moldes do *approach* convencional para mostrar que, mesmo à luz de suas hipóteses e formulações, há um divórcio completo entre eles e a política econômica governamental da década de 1930. Por conseguinte, tudo nos leva a crer na improcedência, arraigada na ortodoxia econômica liberal e aceita acriticamente por muitos, da associação inarredável entre processo de substituição de importações com populismo.

Referências bibliográficas

- Abreu, M. P. (1989). *A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica Republicana, 1889-1989*. Campus, Rio de Janeiro.
- Aureliano, L. (1981). *No Limiar da Industrialização*. Brasiliense, São Paulo.

- Backes, A. L. (2006). *Fundamentos da Ordem Republicana: Repensando o Pacto de Campos Sales*. PhD thesis, PPG Ciência Política/UFRGS.
- Baer, W. (1970). *Siderurgia e Desenvolvimento Brasileiro*. Zahar.
- Bastos, P. P. Z. (2007). A construção do nacional-desenvolvimentismo de Vargas e a dinâmica da interação entre estado e mercado nos setores de base. Texto para Discussão 135, IE/UNICAMP, Campinas.
- Bastos, P. P. Z. (2009). Qual o projeto econômico varguista? Texto para Discussão 161, IE/UNICAMP, Campinas.
- Bodea, M. (1992). *Trabalhismo e Populismo no Rio Grande do Sul*. UFRGS, Porto Alegre.
- Bresser-Pereira, L. C. (1991). *Populismo Econômico: Ortodoxia, Desenvolvimentismo e Populismo na América Latina*. Nobel.
- Canitrot, A. (1975). La experiencia populista de distribución de ingresos. *Desarrollo Económico*, 15:331–351.
- Cano, W. (1977). *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. DIFEL, São Paulo.
- Cardoso, F. H. (1977). *O Modelo Político Brasileiro*. DIFEL, Rio de Janeiro/São Paulo.
- Cardoso, F. H. & Falleto, E. (1974). *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Zahar, Rio de Janeiro. [1970].
- Carone, E. (1977). *O Pensamento Industrial no Brasil (1880-1945)*. DIFEL, Rio de Janeiro/São Paulo.
- Carone, E. (1978). *O Centro Industrial do Rio de Janeiro e sua Importante Participação na Economia Nacional (1827-1977)*. Cátedra, Rio de Janeiro.
- Cooter, R. & Ulen, T. (2000). *Law Economics*. Addison Wesley Longman, USA.
- Díaz-Alejandro, F. C. (1981). Southern cone stabilization programs. In Cline, W. & Weintraub, S., editors, *Economic Stabilization in Developing Countries*. The Brookings Institution, Washington, D.C.
- Dean, W. (1971). *A Industrialização de São Paulo*. DIFEL, São Paulo.
- Dornbusch, R. & Edwards, S. (1989). *The Macroeconomics of Populism in Latin America*. The University of Chicago Press, Chicago.
- Dornbusch, R. & Edwards, S. (1990). Macroeconomic populism. *Journal of Development Economics*, 32:247–277.
- Draibe, S. M. (1986). *Rumos e Metamorfoses: Estado e Industrialização no Brasil, 1930-1960*. Paz e Terra, São Paulo.
- Fausto, B. (1983). *A Revolução de 1930; Historiografia e História*. Brasiliense, São Paulo, 9a. edition.
- Fernandes, F. (1981). *A Revolução Burguesa no Brasil*. Zahar, São Paulo.
- Ferreira, J. (1997). *Trabalhadores do Brasil. O imaginário popular*. FGV, Rio de Janeiro.
- Ferreira, J. (2001). *O Populismo e sua História: Debate e Crítica*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- Ferreira, J. (2005). *O Imaginário Trabalhista*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- Fishlow, A. (1972). Origins and consequences of import-substitution in Brazil. In Di Marco, editor, *International Economics and Development: Essays in Honor of Raúl Prebisch*. Academic Press, New York.
- Fonseca, P. C. D. (1989). *Vargas: O Capitalismo em Construção*. Brasiliense, São Paulo.
- Fonseca, P. C. D. (2003). Sobre a intencionalidade da política industrializante no Brasil na década de 1930. *Revista de Economia Política*, 23:133–148.
- Fonseca, P. C. D. (2004a). Do progresso ao desenvolvimento: Vargas na Primeira República. In *Anais do XXXII Encontro Nacional da ANPEC*, João Pessoa. [CD,

- www.anpec.org.br].
- Fonseca, P. C. D. (2004b). Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. *Pesquisa & Debate*, 15:225–56.
- Fonseca, P. C. D. (2009). A política e seu lugar no estruturalismo: Celso Furtado e o impacto da Grande Depressão no Brasil. *Economia, Selecta*, 10:867–885.
- Fonseca, P. C. D. (2010). Nem ortodoxia nem populismo: O segundo governo Vargas e a economia brasileira. *Tempo*, 14:19–58.
- Fonseca, P. C. D. (2011). O mito do populismo econômico de Vargas. *Revista de Economia Política*, 31:56–76.
- Furtado, C. (1964). *Dialética do Desenvolvimento*. Fundo de Cultura, Rio de Janeiro.
- Furtado, C. (1970). *Formação Econômica da América Latina*. Lia, Rio de Janeiro, 2a. edition. [1969].
- Furtado, C. (1977). *Formação Econômica do Brasil*. Nacional, São Paulo, 15a. edition. [1959].
- Germani, G. (1968). *Authoritarianism, Fascism and National Populism*. Transaction Books, New Brunswick.
- Gomes, A. (2005). *A Invenção do Trabalhismo*. FGV, Rio de Janeiro. [1988].
- Ianni, O. (1977). *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)*. Civilização Brasileira.
- Koselleck, R. (2006). *Futuro Passado; Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos*. Contraponto/PUCRJ, Rio de Janeiro.
- Laan, C. V. D., Cunha, A., & Fonseca, P. C. D. (2010). Política cambial e industrialização no Governo Provisório de 1930: Uma revisita aos pilares institucionais do início do PSI. In *XXXVIII Encontro Nacional da ANPEC*, Salvador.
- Laclau, E. (1977). *Politics and Ideology in Marxist Theory: Capitalism, Fascism, Populism*. Humanities Press, Atlantic Highlands, N. J. .
- Leopoldi, M. A. (2000). *Política e Interesses; As Associações Industriais, a Política Econômica e o Estado*. Paz e Terra, São Paulo.
- Lessa, C. (1982). *15 Anos de Política Econômica*. Brasiliense, São Paulo.
- Luz, N. V. (1975). *A Luta pela Industrialização do Brasil*. Alfa-Ômega, São Paulo, 2a. edition.
- Mello, J. M. C. (1982). *O Capitalismo Tardio*. Brasiliense, São Paulo.
- Mueller, C. C. (1983). *Das Oligarquias Agrárias ao Predomínio Urbano-Industrial: Um Estudo do Processo de Formação de Políticas Agrícolas no Brasil*. IPEA/INPES, Rio de Janeiro.
- O'Donnell, G. (1977). Estado y alianzas de clase en Argentina, 1956-1976. *Desarrollo Económico*, 16:523–554.
- Peláez, C. M. (1968). A balança comercial, a grande depressão e a industrialização brasileira. *Revista Brasileira de Economia*, 22:15–47.
- Peláez, C. M. (1972). *História da Industrialização Brasileira*. APEC, Rio de Janeiro.
- Peláez, C. M. (1979). *História Econômica do Brasil*. Atlas, São Paulo.
- Peláez, C. M. (1987). *Economia Brasileira Contemporânea*. Atlas, São Paulo.
- Pesavento, S. (1980). *República Velha Gaúcha; Charqueadas, Frigoríficos, Criadores*. Movimento, Porto Alegre.
- Pinheiro, A. C. & Saddi, J. (2005). *Direito, Economia e Mercados*. Elsevier, Rio de Janeiro.
- Prebisch, R. (1964). *Dinâmica do Desenvolvimento Latino-Americano*. Fundo de Cultura,

- Rio de Janeiro.
- Riker, W. H. (1982). *Liberalism against Populism*. Waveland Press, Illinois.
- Rougier, M. (2003). Populismo... que populismo? *La Gaceta de Economicas*. Buenos Aires.
- Sachs, J. D. (1989). Social conflict and populist policies in Latin America. In Brunette, R. & Delaringa, C., editors, *Labor Relations and Economic Performance*. MacMillan Press, Londres.
- Saes, D. (1985). *A Formação do Estado Burguês no Brasil (1888- 1891)*. Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- Silva, C. F. (1976). *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. Alfa-Ômega, São Paulo.
- Silva, C. F. (2008). Populismo no Brasil na década de 1930: Uma aplicação à teoria dos jogos. Master's thesis, UFRGS, Porto Alegre.
- Suzigan, W. (1986). *Indústria Brasileira: Origem e Desenvolvimento*. Brasiliense, São Paulo.
- Tavares, M. C. (1972). *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*. Zahar, Rio de Janeiro. [1963].
- Vargas, G. (1938). *A Nova Política do Brasil*. José Olympio, Rio de Janeiro. [1938-1947], 11 v.
- Versiani, F. R. (1979). Industrial investment in an export economy: The Brazilian experience before 1914. Working paper, Institute of Latin American, University of London.
- Versiani, F. R. & Barros, J. R. M. (1978). *Formação Econômica do Brasil: A Experiência da Industrialização*. Saraiva, São Paulo.
- Vianna, L. W. (1978). *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- Villela, A. & Suzigan, W. (1973). Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945. Séries Monográficas 10, IPEA, Rio de Janeiro.
- Véliz, C. (1965). *Obstacles to Changes in Latin America*. Oxford University Press, Londres.
- Weffort, F. (1966). Estado e massas no Brasil. *Revista Civilização Brasileira*, 7.
- Weffort, F. (1977). O populismo na política brasileira. In *Brasil: Tempos Modernos*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 2a. edition.
- Weffort, F. (2004). O nacionalismo, o populismo e o que restou do legado político de Vargas. In *Getúlio Vargas & a Economia Contemporânea*, pages 157–70. UNICAMP/HUCITEC, Campinas/São Paulo, 2a. edition.
- Weffort, F. (2006). *Formação do Pensamento Político Brasileiro*. Ática, São Paulo.
- Weyland, K. (2001). Clarifying a contested concept; populism in the study of Latin American politics. *Comparative Politics*, pages 1–22.